Pais transformam luto em luta por mudanças contra o bullying escolar no DF

Família de adolescente morto em Brasília busca cobrar respostas da sociedade e do poder público

Por **Mateus Lincoln**

CEDIDA



Morte de estudante mobiliza comunidade a pressionar parlamento e autoridades por leis específicas

A morte de um adolescente de 14 anos tem chamado a atenção em Brasília. Davi Helou Bernardes Mota estudava no Colégio Católica Brasília, em Taguatinga (DF). Lá, os familiares relataram que ele sofria, há cerca de dois anos, perseguições e ofensas por parte de um grupo de outros jovens.

Os pais, Aline Helou e Luiz Henrique Mota, são servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Ela é nutricionista e ele, enfermeiro, e atualmente ocupa um cargo de gerência na Atenção Primária da Região Centro-Sul.

A mãe, Aline Helou, contou que procurou a direção escolar desde os primeiros sinais de que o filho era alvo de bullying. Ela relembrou que transferiu Davi do Colégio Ideal, em Águas Claras (DF), pelo mesmo motivo e buscou a nova escola por acreditar que o perfil confessional da instituição proporcionaria um olhar mais humano a questões do tipo.

Por diversas vezes, eles buscaram o Colégio Católica na tentativa de solucionar a questão, mas avaliaram que as medidas apresentadas eram paliativas e serviam apenas para dar uma resposta formal à família.

Diante da sensação de negligência, agora buscam chamar a atenção da sociedade para o problema do bullying nas escolas e levar o debate ao parlamento, com o objetivo de incentivar a criação de leis que não se limitem à conscientização, mas também estabeleçam medidas concretas de prevenção e enfrentamento.

DOIS ANOS DE SOFRIMENTO

Os pais perceberam que algo estava errado quando o filho contou ao tio, irmão mais novo de Aline, que era alvo de insultos homofóbicos. A situação ficou mais evidente após um episódio em que Davi se sentiu excluído de uma festa.

"Me ligou pedindo para buscá-lo, enquanto chorava copiosamente", relatou o pai. Segundo Luiz, outros rapazes insultaram o filho devido à fantasia que ele havia escolhido.

Na primeira ida à escola, os pais conversaram com a orientadora pedagógica, que os acolheu e prometeu uma intervenção específica na turma, coincidentemente na semana de combate ao bullying. No entanto, segundo Aline, "a gente nunca recebeu retorno".

Depois, a família viu um comentário racista de um colega contra outro aluno em um grupo de WhatsApp e voltou para alertar sobre o caso. A orientadora prometeu medidas, mas, de novo, nada foi visto.

Em um terceiro episódio, a própria orientadora chamou os pais para falar sobre a proximidade de Davi com uma menina que também sofria bullying e chegou a sugerir que o namoro precoce do adolescente poderia ser uma forma de "reafirmar a masculinidade" diante dos comentários que ele recebia.

No ano seguinte, o mesmo colega que liderava um grupo de quatro meninos ameaçou bater em Davi, que só contou aos pais três meses depois. Os pais voltaram à escola, desta vez ameaçando processar o aluno, a família e a instituição.

A orientadora disse que chamaria as famílias, mas afirmou que "o máximo que a escola podia fazer era orientar" e que os alunos seriam separados de turma no ano seguinte. A separação aconteceu, mas Aline e Luiz nunca souberam se a perseguição também cessou.

A LUTA DOS PAIS

No último dia 6, foi realizado um ato no estacionamento do Colégio Católica em homenagem a Davi. Na ocasião, os pais relataram ter sido procurados por diversos outros estudantes que também passavam por situações similares, mas estes alertavam que nada adiantaria tomar uma atitude, pois as coisas não mudariam.

Durante a conversa, Luiz criticou a fragilidade da legislação sobre bullying. "Se fala em 'medidas cabíveis por parte das escolas' sem especificar quais são. Não obriga que o Conselho Tutelar seja notificado e não penaliza a escola em caso de omissão", comentou.

Tocada com o que ouviu de outros jovens e movida pelo sentimento de impotência diante das autoridades, Aline decidiu criar o e-mail davihelouvive@gmail.com para receber denúncias e depoimentos de outros estudantes.

Surpresa com o resultado, ela disse que, em menos de dois dias, recebeu mais de 40 mensagens vindas de diferentes locais do país. "Mostra que não é uma situação isolada".

Colegas de turma de Davi chegaram a criar um perfil no Instagram (@justicapordavihelou) para pedir justiça e também não deixar que o caso caia no esquecimento público.

Agora, a família busca mobilizar a sociedade, parlamentares e representantes do poder público em busca de uma legislação mais abrangente e específica, que aponte medidas para identificar, prevenir e combater casos de bullying.

"Eu falo que a minha intenção era ajudar meu filho, mas eu não consegui. A gente vai transformar isso numa luta para que outros pais não passem pelo que a gente está vivendo", contou Aline.

O QUE DIZ A ESCOLA

O Colégio Católica Brasília afirmou, em nota, que "teve conhecimento de relatos envolvendo situações de bullying e adotou providências de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento" conforme seus protocolos de proteção.

A escola declarou que mantém "ações permanentes de prevenção ao bullying, promoção da saúde emocional e valorização da vida", com respaldo de uma estrutura de proteção integral da União Brasileira de Educação Católica (Ubec), sua mantenedora, que inclui protocolos formais e uma Comissão Nacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

A escola reafirmou "seu compromisso com o acolhimento e o tratamento responsável de situações de violência" e sua disposição para colaborar com os órgãos competentes, mas afirmou que, "em respeito à privacidade dos envolvidos, não divulgará informações individuais" sobre os atendimentos.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO

O deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP) defende a criação de atendimento psicossocial prioritário para estudantes vítimas de bullying nas escolas do DF.

A medida está prevista no Projeto de Lei nº 2.170/2026, de autoria do parlamentar, que também propõe denominar a política distrital de enfrentamento ao bullying como Lei Rodrigo Castanheiras. O texto está tramitando na Câmara Legislativa do DF (CLDF).

Daniel de Castro afirmou que as leis atuais precisam avançar na proteção das vítimas. "Não basta identificar o problema, registrar a ocorrência ou punir o agressor. É preciso cuidar da vítima", declarou.

Para ele, o projeto busca garantir acolhimento imediato e acompanhamento especializado aos estudantes que apresentarem sinais de violência. A proposta estabelece que, identificados indícios de bullying, as escolas deverão preservar a privacidade da vítima, comunicar os responsáveis e providenciar o atendimento necessário.

O acompanhamento poderá ser realizado com a rede pública de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e instituições especializadas.

O parlamentar também citou o caso de Rodrigo Castanheira, cuja morte motivou a homenagem, como razão para ampliar o debate sobre a violência entre jovens. "A intenção é transformar a memória em uma iniciativa de proteção a outros estudantes" disse.

O QUE A PSICOLOGIA DIZ

A culpa sentida por pais e responsáveis após a morte de um filho não deve ser alimentada por explicações simplificadas sobre o ocorrido, afirma a psicóloga Thayene Belo, professora da Estácio Brasília e mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Segundo a especialista, o autoextermínio é um fenômeno complexo, que envolve diferentes fatores individuais, relacionais e sociais. Ela ressalta que, após uma perda, familiares costumam questionar se poderiam ter identificado sinais de sofrimento ou agido de outra maneira. No entanto, nem sempre os indícios são claros antes de uma tragédia.

Para ela, o acolhimento dos familiares após uma morte, chamado de pósvenção, deve incluir assistência psicológica e atenção às pessoas próximas.

Sobre a atuação das escolas, Thayene defende a criação de protocolos para identificar e interromper agressões, registrar ocorrências e acompanhar as vítimas. A especialista alerta que o bullying não deve ser tratado como brincadeira ou conflito comum entre estudantes.

"A prevenção é uma responsabilidade conjunta entre escola, família, comunidade, saúde e rede de proteção", afirmou ela citando que as instituições não devem encerrar o atendimento após uma reunião.